



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

EXPEDIENTE de 09 a 16.05.2023

➤ Foram recebidos por esta Comissão:

Convite da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/TO para evento **“Protagonismos da Pessoa com Deficiência: Inclusão e Acessibilidade”** que ocorrerá nos dias 15 e 16 de junho de 2023, em Palmas - TO;

Ofício da Associação Brasileira de Pessoas com Linfedema e Familiares - Abralinfe, que solicita **apoio** à emenda substitutiva (EMC 1 CPD) apresentada pela deputada Ana Pimentel ao Projeto de Lei nº 1497/2022 que tramita nessa Comissão.

Convite da deputada Delegada Katarina para uma **Homenagem especial às mães de crianças e adolescentes com deficiência, autismo e doenças raras**, a ser realizada no dia 17 de maio de 2023, às 9h, no Salão Nobre – Edifício Principal.

Convite da deputada Delegada Ione para o **Ato de Lançamento da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Pedofilia** da Câmara dos Deputados, a ser realizada no dia 18 de maio de 2023, às 09h, no Salão Nobre – Edifício Principal.

➤ Foram feitas as seguintes designações de relatoria **no dia 10/05/2023**:

À Deputada Amália Barros

PROJETO DE LEI Nº 844/23 - do Sr. Alberto Fraga - que "acresce o art. 58-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer capacitação básica para professores e colaboradores na educação inclusiva, e dá outras providências. "

À Deputada Luisa Canziani

PROJETO DE LEI Nº 532/23 - do Sr. Danrlei de Deus Hinterholz - que "altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de estabelecer o uso de cordão com estampa de girassol como símbolo de identificação de deficiência oculta". (Apensado: PL 643/2023)

À Deputada Maria Rosas

PROJETO DE LEI Nº 975/23 - da Sra. Dani Cunha - que "altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 - para tornar permanente a majoração das diferenças e ponderações especificadas para a educação infantil para fins de distribuição da complementação-VAAT e, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - para dispor sobre critérios de priorização das vagas para matrículas disponíveis em creches públicas ou entidades equivalentes, tratar do funcionamento em horário estendido e da criação do Professor de Apoio Especializado em Educação Especial".